

REVISTA HISTORIAR

A MEMÓRIA COMO CONSTRUÇÃO DA FÉ:
*Cultura Política e Imprensa Evangélica na Igreja Assembleia
De Deus.*

Elba Fernandes Marques Mota

Doutoranda em História pela Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Bolsista CAPES

Resumo

Pretende-se analisar de que forma a memória foi utilizada ao longo da história da Igreja Assembleia de Deus, como construção e legitimação da fé dos fiéis. Para tanto, discutiremos os meios encontrados para que esta memória fosse coletiva, seletiva e permeada por subjetividade dos sujeitos que a vivenciaram, elencando como duas vertentes principais, a política e a imprensa ao longo do período do governo dos militares no Brasil.

Palavras-Chave: Assembleia de Deus, Ditadura Civil Militar, Memória, Política, Imprensa.

Abstract

We intend to analyze how the memory was used throughout the history of the Assembly of God Church, as construction and legitimation of the faith of the faithful. To do so, we discuss the means found for this collective memory was selective and permeated by subjectivity of the experienced, listing as two strands, politics and the press over the period of the military government in Brazil.

Keywords: Assembly of God, Civil Military Dictatorship, Memory, Politics, Press.

“Já havíamos pensado nisso” – Não percebemos que somos apenas um eco.
Maurice Halbwachs. Memória Coletiva.

1. Introdução:

Na atualidade, a Assembleia de Deus enquanto instituição religiosa possui uma historicidade própria, com números contundentes e representação política com forte poder de atuação e arregimentação de votos. Segundo os números referentes ao censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 22,2% da população brasileira se declara evangélica, e destes, 13,3% denominaram-se pentecostais, sendo 12.314.410 milhões representantes da Assembleia de Deus. Esta quantidade expressiva de fiéis representa um crescimento de 48% em 10 anos. Em 2000, o número de assembleianos era de 8,4 milhões. Uma década depois, houve um acréscimo de 3,9 milhões de novos membros.

Estes números, além de demonstrarem a visibilidade que a Assembleia de Deus possui no Brasil em razão da quantidade de membros que agrega, também demonstra a necessidade de compreendê-la enquanto objeto de estudo bastante profícuo na problematização de nossa história recente. Tendo em vista que a mesma possui uma historicidade particular, e, ainda, pelo fato da Igreja ter vivenciado praticamente todo o século XX em nosso país – em 2011, seus membros comemoraram o seu centenário de fundação, ocorrido em Belém do Pará, em 1911.

De que forma a maior Igreja protestante brasileira conseguiu alcançar esta situação? Quais as estratégias construídas? É nosso objetivo ao longo deste artigo pontuar por quais mecanismos a memória da Igreja Assembleia de Deus se construiu, e de que forma colaborou para a forte atuação política presente por parte de alguns de seus membros nos últimos pleitos eleitorais. Este interesse tem início no começo da década de 1960, e se desenvolveu ao longo dos próximos anos, com a consequente participação significativa de fiéis assembleianos na Constituinte em 1986¹.

Em análise preliminar, notamos que o interesse em uma representação política surge nos principais periódicos produzidos pela instituição religiosa no período, o Jornal *Mensageiro da Paz* e a revista evangélica *A Seara*, ambos editados pela Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD) sua editora, que vem a ser maior da América Latina dentre as religiosas.

Utilizaremos artigos destas duas publicações a fim de analisar a memória construída pela Assembleia de Deus, considerando o contexto histórico por que passava o país, uma ditadura

¹ O episódio refere-se à eleição no pleito de 1986, de 32 deputados federais evangélicos, que constituíram a “bancada evangélica”, momento legitimador da entrada dos pentecostais no cenário político nacional. Com a eleição de 13 representantes da Assembleia de Deus. Estudado extensivamente pelo sociólogo inglês Paul Freston em sua tese de doutorado. Ver: FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 1993.

militar, e o conseqüente período de redemocratização especificamente, entre 1960 a 1990. É nosso intuito apresentar o porquê de considerarmos a memória desta instituição religiosa enquanto coletiva e seletiva, no mesmo sentido de compreender de que forma o interesse em um envolvimento político por parte de alguns membros construiu a subjetividade a ser seguida pela maioria.

2. História e Memória na Assembleia de Deus:

A memória assembleiana se construiu por meio de um relato triunfalista e personificado nos grandes líderes, pois foi por meio destes que se propagou a expansão assembleiana, assim como a valorização em ser crente da Assembleia de Deus. Para os fiéis, fonte de orgulho e diferenciação por não compartilhar dos deslizes morais do resto do mundo.

Destaca-se também a importância dos escritos para os membros assembleianos. Esta ênfase à leitura por parte da A. D é algo positivo. Através da leitura da Bíblia, suas Escolas Dominicais² tornaram-se ao longo dos anos verdadeiros centros de alfabetização para pessoas humildes como lavadeiras, empregadas domésticas, mecânicos, trabalhadores rurais, dentre outros. Pessoas simples que encontraram no espaço assembleiano uma saída de seu cotidiano sofrido e simples.

A Assembleia de Deus é uma Igreja que hoje possui grande visibilidade, fala-se muito da denominação pentecostal, mas o quê a Assembleia fala de si mesma? Como ela se vê e se compreende? É nosso intuito assinalar o discurso oficial da Igreja Assembleia de Deus, produzido por sua casa publicadora (CPAD) onde se propagam as principais doutrinas e costumes a serem seguidos por seus membros, e conseqüentemente, determina a construção de sua memória.

Entendemos assim, a concepção de discurso conforme a de Michael Foucault, (1996, p.10) para quem “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar”.

No sentido de poder apreendido, que como percebemos é utilizado pela forma como este é transformado em discurso e apropriado por estes fiéis, de que forma eles o absolveram, posicionamento que demonstra a importância do conceito de apropriação formulado por Roger Chartier:

No ponto de articulação entre o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (...) daí ao reconhecimento das práticas

² Encontros que ocorrem nos dias de culto aos domingos, em os fiéis são divididos em grupos por crianças, mulheres e homens para estudarem e discutirem a Bíblia. Para tanto, há a revista da Escola Dominical, editada também pela CPAD.

de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação³.

Cada leitor assembleiano apropriou-se de uma forma diferenciada do discurso ao qual teve acesso, iniciando assim, uma nova forma de ver o mundo, uma nova memória a ser construída ou mesmo legitimando um ritual já conhecido:

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso, fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção (...). Os discursos religiosos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos⁴.

Por propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos, em nosso caso, entendemos a postura a ser seguida por um fiel assembleiano. Cada um destes deve incorporar os gestos e o comportamento esperado de sua função. E, principalmente, legitimar um discurso e uma doutrina no sentido de convencimento e controle dos demais grupos.

Dentro deste contexto, entendemos a memória construída na Igreja Assembleia de Deus dentro de um tripé metodológico, por esta ser coletiva, enquadrada, e seletiva. No sentido de preservá-la para que não haja o silêncio e o esquecimento. Mas ao mesmo tempo a manipulando e demonstrando que não há nada de natural no processo de sua construção, nos possibilitando redimensionar o olhar lançado para seu passado.

Nesta acepção, quando falamos em memória coletiva, em relação a uma instituição religiosa com as características da Assembleia de Deus, estamos nos baseando na concepção formulada por Maurice Halbwachs, em sua obra póstuma “A memória coletiva”, em que o mesmo faz afirmações tais qual esta:

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas⁵.

³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.p.25.

⁴ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. (Trad.) Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.p.39.

⁵ HALBWACHS, Maurice. “A memória coletiva”. (trad.) Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro. 2006.p.64.

Entendemos assim, que ao fazer parte de um grupo, seja este um partido político, uma comunidade de bairro, e, especialmente, uma instituição religiosa, a memória construída pelo indivíduo é a vivenciada em sua maioria pela coletividade da qual faz parte. Em vivências de grupos religiosos, isto se torna ainda mais expressivo, pelo trabalho conjunto de construir memórias direcionadas que partem de um trabalho de convencimento do que o individual irá apreender do coletivo. Em virtude que “De qualquer maneira, à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente”⁶.

E neste jogo de memórias disputadas, é inegável o poder que estas detêm em um mundo que vive o presente intensamente como o nosso, posto que “La memoria puede ser considerada crucial para la cohesión social y cultural de una sociedad. Cualquier tipo de identidad depende de ella. Una sociedad sin memoria es un anatema”⁷.

A identidade de ser crente da Assembleia de Deus está atrelada com a memória que esta instituição construiu. Parte-se geralmente do pressuposto de pessoas simples que iniciaram uma Igreja em Belém, capital do Estado do Pará, e conseguiram alcançar uma expansão até então nunca vista no país. O discurso de sua fundação e consequente crescimento é marcado pelo triunfalismo, colocando-se sucessivamente no papel de vítima e de grande vitoriosa por tudo que alcançou:

Nenhuma organização religiosa foi tão combativa, tão mal compreendida e recebida com tantas reservas, suspeitas e malquerenças, quanto foi o movimento pentecostal. Porém, também é certo que nenhum outro movimento cresceu tanto em igual período, nem se projetou com tanta rapidez, como as Assembleias de Deus, apesar de as mesmas não contarem com recursos financeiros, nem possuírem destacados valores intelectuais⁸.

Neste sentido, entendemos que para Emílio Conde, jornalista e assembleiano, figura principal da implantação do jornalismo na Assembleia de Deus, a memória da instituição foi construída em um discurso de vitimização, em que o individual e o coletivo, têm um poder de atuação conjunto. Assim, trazemos esta assertiva de Halbwachs, com o intuito de pontuar que:

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. (...) De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse mesmo lugar muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes⁹.

Neste constante redesenhar, as mudanças permeiam a memória de um grupo, especialmente religioso, sendo os fiéis, responsáveis pela atuação do individual influenciando no coletivo, e desta

⁶ Idem, p.65.

⁷ HUYSEN, Andreas. *Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público*. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom - Porto Alegre, 31 de Agosto de 2004.p.1.

⁸ CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil* - 2. Ed. – Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

⁹ HALBWACHS, Op. Cit.p.69.

forma, perpetuando a lembrança que ficará desta ação.

Do ponto de vista teórico, entendemos a utilização da memória enquanto ferramenta metodológica através dos pressupostos de Elizabeth Jelin para quem:

Las propias nociones de tempo y del espacio son construcciones sociales. Si bien todo processo de construcción de memorias se inscribe en una representación del tiempo y del espacio, estas representaciones – y, en consecuencia, la propia noción de qué es presente – son culturalmente variables e historicamente construídas. Y esto incluye, por supuesto, las propias categorías de análisis utilizadas por investigadores y analistas del tema¹⁰.

No que se refere à Assembleia de Deus, entendemos a sua memória atrelada com um excesso de passado, em que a repetição ritualizada leva a um esquecimento seletivo, instrumentalizado e manipulado, constituindo assim, sua construção social.

Desta forma, usamos a memória, enquanto construção social, na concepção formulada pelo historiador Michel Pollack, pontuando que entendemos o enquadramento da memória, da seguinte forma:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, igrejas, (...) etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. (...). Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências¹¹.

E nesta construção de referências constantes, entendemos a subjetividade destes fiéis como fator principal para a identidade e a memória da Assembleia de Deus.

2. A Igreja e os Militares

O nosso recorte temporal situa-se na segunda metade do século XX, especificamente as décadas de 1960 a 1990. A escolha justifica-se por ser o período de transição de uma ditadura civil-militar¹² para uma democracia no país (1964-1985). Momento que refletiu na estrutura da Igreja, por tratar-se de outra conjuntura política, econômica e social. Sendo interessante observar o

¹⁰ JELIN, Elizabeth. Los Trabajos de la memoria. Colección Memorias de la represión, Siglo XXI editores, Argentina.2002.p.23.

¹¹ POLLACK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio” IN: *Estudos Históricas*, n. 3, RJ, 1989. p.9.

¹² Daniel Arão Reis, em um artigo publicado no jornal *O Globo*, em 31 de março de 2012, intitulado “A ditadura civil-militar”, defende que o período de supressão de regime democrático, deva assim ser chamado para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular. Posto que seja inútil esconder e ignorar a participação de diversos segmentos da população brasileira, a exemplo, a realização das marchas para a família. Por concordarmos com o historiador e reconhecermos a necessidade da realização de novos estudos, a compreendemos desta forma, em nossa análise.

comportamento e a condução política pelos pentecostais na época da ditadura e depois do seu fim. No mesmo sentido que esta é a ocasião em que a Assembleia de Deus amplia, numericamente, o seu número de fiéis e templos, alcançando já na década de 1980, completados 70 anos de atuação no país, 5.600.000 membros, distribuídos em 36.000 igrejas¹³. Eles conseguem um aumento significativo em fiéis, perguntamos: Qual a razão disto?

Além do ano de 1961, caracterizar o seu cinquentenário, motivo pelo qual, a Igreja se reestruturou, em alguns aspectos, dentre os quais, a fundação de sua editora, a Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD), e a produção dos seus principais periódicos, ficando a cargo da editora, também, a distribuição a nível nacional destes. Suspeitamos ainda, que este período seja o início de interesse para a orientação político-partidária de seus membros.

A pesquisa finaliza em 1990. Em relação à Assembleia de Deus, entendemos este ano como o fechamento do ciclo da maior parte opositora à participação dos membros na política. Alcançando também o fortalecimento da mesa diretora da Convenção Geral da Assembleia de Deus no Brasil-CGADB, uma vez que no ano de 1989 houve a maior cisão da história da Igreja, com o desligamento do ministério Madureira, ficando os líderes sem oposição direta dentro do espaço de poder da Igreja¹⁴; E, em pesquisa preliminar, notamos ao longo deste ano, notas de apoio à presença partidária e mudança na linha editorial dos seus principais periódicos. Constitui nosso interesse, perceber os motivos e o contexto desta alteração.

No caso de nosso campo de estudo, o evangélico, as mudanças porque passava o país, com a supressão de um regime democrático, favorece o desenvolvimento das Assembleias de Deus em alguns aspectos mais incisivos, como demonstrado por Baptista:

A conquista do poder pelos militares foi festejada pela Assembleia de Deus como manifestação da providência de Deus, para evitar que o Brasil caísse nas garras do comunismo, comparado a um monstro que subjugava 900 milhões de pessoas no mundo¹⁵.

O fato da Assembleia de Deus posicionar-se publicamente contra o comunismo e a favor dos governos militares contribuiu para que o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, concedesse subsídio do Estado para construção de seu instituto teológico em Belém, no Estado do Pará. Aliás, sobre essa aproximação entre as duas instituições (Assembleia de Deus e Ministério da Educação), somente no período de 1970 a 1974, foram US\$ 28.035.00 de doações por parte do Estado,

¹³ Mensageiro da Paz, 1980, p.6.

¹⁴ Fato comprovado pelo pastor presidente da Assembleia de Deus, Wellington Bezerra ter assumido o cargo em 1981, e ainda hoje está à frente da Convenção geral, vencendo vinte eleições ininterruptas desde então, a última ocorrida este ano.

¹⁵ CHESNUT, Apud BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.p.117.

conforme atas administrativas da Igreja, do mesmo período¹⁶. Sendo o seu Seminário Teológico, na capital paraense, considerado de utilidade pública, obtendo assim, isenção de impostos.

Grosso modo, a postura anticomunista e de aproximação ao regime militar caracterizou a maioria das Igrejas evangélicas no Brasil daquele período, bem como os setores conservadores da Igreja Católica. Porém, há de se ressaltar que as Comunidades Eclesiais de Base, do lado católico, e a resistência de pastores, presbíteros e missionários protestantes, do outro, demonstra que o comportamento de religiosos diante da ditadura civil-militar no Brasil não foi homogêneo. De fato, entre evangélicos o que preponderou foi uma postura conservadora e anticomunista, conforme descrição de Santos:

As Igrejas evangélicas passaram a receber um tipo de pregação conversador e fundamentalista, oriundo das altas lideranças que apoiavam o regime. O ambiente eclesástico reproduziu o que a sociedade vivia sob símbolos e discursos religiosos. Os evangélicos tornaram-se mais intolerantes com relação às diferenças, contradizendo sua herança de tolerância. Ser evangélico era possuir uma ética pessoal exemplar, estar preocupado com o comportamento e com a transmissão da experiência religiosa para os “perdidos”¹⁷.

Desse modo, os principais periódicos da Assembleia de Deus que forneceram ampla cobertura sobre o comunismo, caracterizaram-no como algo maléfico e que poderia destruir a sociedade brasileira¹⁸. Com esta postura, a Igreja se aproximou cada vez mais do sistema partidário de apoio aos militares e se declarou defensora da moral e dos bons costumes, recebendo assim, mais benefícios, como ressalta Saulo Baptista:

Com o trabalho do deputado estadual Antônio Teixeira e do federal Gabriel Hermes Filho, o Seminário Teológico da Assembleia de Deus, em Belém, foi considerado de utilidade pública, obtendo, assim, isenção de impostos. (...) Em 1982, foi a vez da Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ajudar o Abrigo de idosos “Etelvina Bloise”, com a quantia de US\$ 2, 913,00, a pedido do então senador Jarbas Passarinho. Em 1985, durante quatro meses, o pastor Firmino Gouveia participou de um curso na Escola Superior de Guerra, juntamente com outros líderes nacionais de denominações evangélicas brasileiras¹⁹.

Assim, acreditamos inicialmente, que o regime de ditadura civil-militar colaborou para o crescimento deste segmento religioso, observando os dados do Censo referente às décadas do regime, em 1970, os evangélicos totalizavam 4.833.106, ou 5,2% da população brasileira. Em 1991, somavam 13.175.094, ou seja, 9,0% de habitantes do país. O aumento vertiginoso das Assembleias de Deus perpassa por esta conjuntura, influenciando, também, as mudanças significativas em sua

¹⁶ BAPTISTA, Saulo. 2009.

¹⁷ SANTOS, L. A.; SENRA, Alvaro de Oliveira. O AI-5, as Igrejas Cristãs e a sociedade civil. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo, Jacqueline Ventapane Freitas. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante - Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.p.159.

¹⁸ A SEARA, 1989.

¹⁹ BAPTISTA, Saulo. Op. Cit.

estrutura interna e sua inserção no espaço da política brasileira:

A visibilidade numérica e a presença mais evidente na paisagem das cidades, a utilização de meios de comunicação como televisão e rádio, o potencial de votos nas eleições, a presença de políticos evangélicos nas instâncias do poder político, a força institucional das denominações e a ampliação de seus patrimônios – tudo isso produziu posições outrora não adotadas por partes dos evangélicos²⁰.

3. A Imprensa assembleiana: periódicos como instrumentos de doutrina

Utilizaremos como suporte inicial o texto da historiadora Tânia de Luca²¹, uma das muitas autoras a se interessar por esta temática. Do ponto de vista metodológico, a autora considera a década de 1970, como inaugural na utilização, em maior número, de periódicos por parte dos historiadores. Entendemos também que, ao utilizar jornais e revistas, em uma pesquisa, como fonte principal, temos em perspectiva que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que”²². É relevante ressaltar que se compreende o jornalismo como parte de um processo de construção social da realidade – não um espelho dela. Em que as escolhas e distorções se fazem presente em seus periódicos.

Percebemos que o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na História da Imprensa, e, particularmente, da História da Leitura, visto que as relações que o periódico manteve ou não com o mercado; a publicidade, o público a que visava atingir, o objetivo proposto direciona a sua editoração. E, sobretudo, em se tratando de imprensa evangélica, possui um objetivo direcionado e controlador. Nuances que se apresentam da seguinte forma:

Os crentes não devem desprezar a leitura. Não seria conveniente uma crença baseada na ignorância, no obscurantismo, no fanatismo. IMPORTA CRER! Interessa, porém, que a crença seja lúcida, consciente. A convicção não ilumina o conhecimento, ao contrário, aproveita-o. É recomendável, todavia, que a leitura seja orientada e selecionada²³. (Grifo do autor)

Dentro deste contexto, na história da Assembleia de Deus, a leitura sempre esteve presente. Seja nos primeiros anos, com a distribuição dos panfletos nas ruas, pelos primeiros membros e, posteriormente, com a escola dominical, inicialmente com a leitura da Bíblia. No início da década de 1920 as primeiras lições vinham como suplemento do jornal *Boa Semente*, que circulou em Belém, no estado do Pará. O suplemento era denominado *Estudos Dominicais*, escritos pelo missionário Samuel Nystrom, pastor sueco de vasta cultura bíblica e secular, e que produziu lições

²⁰ SANTOS, Op. Cit. 2008, p.180.

²¹ LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

²² Idem, p.132.

²³ SANTOS, Paulo dos. Leitura e Literatura Evangélica. In: *A Seara*. 1/1/1963. p.4.

da Escola Dominical em forma de esboços, feitas para três meses.

Em 1930, na primeira convenção geral das Assembleias de Deus realizada em Natal (RN) deu-se a fusão do jornal *Boa Semente* com outro similar que era publicado pela Igreja do Rio de Janeiro, *O Som Alegre*, originando o *Mensageiro da Paz*. Nessa ocasião (1930) foi lançada no Rio de Janeiro a revista *Lições Bíblicas* para as Escolas Dominicais²⁴.

Nas suas primeiras edições a revista *Lições Bíblicas* era trimestral e depois passou a ser semestral. As razões disso não eram apenas os poucos recursos financeiros, mas, principalmente, a morosidade e a escassez de transporte de cargas, que naquele tempo era todo marítimo e somente costeiro, ao longo do litoral. A revista levava muito tempo para alcançar os pontos distantes do país. Com a melhora dos transportes ela passou a ser trimestral e hoje a tiragem de revistas da Escola Dominical passou para mais de 2,2 milhões trimestrais.²⁵

Neste contexto, em 1940, o presidente Getúlio Vargas determinou, através de um decreto, que todos os jornais fossem registrados no Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.), órgão que regulava a imprensa. O decreto estabelecia também que somente entidades com personalidade jurídica poderiam possuir jornais. A fim de que pudesse continuar a publicar o *Mensageiro da Paz* e as *Lições Bíblicas*, a Igreja direcionou de uma forma mais organizada, sua produção editorial, com a fundação da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD). Este interesse, no seu início, atrela-se, especialmente, ao caráter evangelizador que a produção escrita alcançaria em todo o país. Posto que o pensamento da Igreja fosse o seguinte:

Um bom livro que aparece entre nós deve ter a devida “cobertura”. Nem todos conseguem frequentar cursos regulares, nem todos podem assistir a escola bíblica. O livro, no entanto, através da viagem, em casa, nas filas, no bonde, no ônibus, numa estrada, enquanto é aguardada a vez na barbearia, quando se espera o trem, o livro vai transmitindo cultura e doutrina²⁶.

Estes são os aspectos norteadores da preocupação editorial da Assembleia de Deus no país. A disseminação de sua doutrina, fortalecendo a religiosidade do fiel. E, a possibilidade da alfabetização de milhares de leitores. Dentro desta postura de diferenciação, e com a preocupação em doutrinar aos membros, a leitura era direcionada para que houvesse uma ampliação em seu

²⁴ A Escola Bíblica Dominical surgiu no Brasil em 1855, em Petrópolis (RJ). O jovem casal de missionários escoceses, Robert e Sarah Kalley, chegaram ao Brasil naquele ano e logo instalaram uma escola para ensinar a Bíblia para as crianças e jovens daquela região. A primeira aula foi realizada no domingo, 19 de agosto de 1855, constando inicialmente com cinco crianças, posteriormente, no Rio de Janeiro, estas reuniões deram início à Igreja Evangélica Congregacional, no país. No dia 3 de novembro de 1783 é celebrada a data de fundação da Escola Dominical, ela nasce na Inglaterra, sendo seu iniciador, o jornalista Robert Raikes. Hoje, a Escola Dominical conta com mais de 60 milhões de alunos matriculados, em mais de 500 mil igrejas protestantes no mundo. Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/escoladominical/historia.php>> Acesso em 10/12/2013.

²⁵ LEMOS, Ruth Doris. *A minúscula semente de mostarda que se transformou numa grande árvore: A história da Escola Dominical*. Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/escoladominical/historia.php>>. Acesso em 10/12/2013.

²⁶ SANTOS, Paulo dos. Leitura e Literatura Evangélica. In: *A Seara*. 1/1/1963.

número, mas especialmente, para os que faziam parte, não migrassem para outras denominações religiosas. Esta atenção com a escrita, a leitura e sua circulação, se inserem no contexto da época, posto que ao longo das décadas de 1960 e 1970, era perceptível, o acréscimo em produção literária no país. Razão pela qual, da necessidade de uma produção especificamente evangélica:

Nunca em todas as épocas, se escreveu tanto como nos dias atuais. Literatura de todos os tipos invade o mercado! Mais de 90% da literatura distribuída em todo o mundo é prejudicial à vida espiritual, e quiçá, à moral! (...) Como não podemos ir pessoalmente, podemos ir por meio da literatura (palavra impressa). Podemos ir por meio de rádio, etc. A palavra Impressa é um dos grandes meios de evangelizar. Devemos fazer todo o possível, para conseguir fazer circular a mensagem escrita e assim estaremos cooperando com a Igreja na evangelização do mundo²⁷.

Sendo assim, como se caracterizava esta produção editorial evangélica? São poucos os estudos que se preocupam com esta temática, dos existentes, são em grande parte, da área de comunicação social. Como exemplo, há o estudo de Ephraim Beda, em que o autor elenca as principais características da produção editorial das Igrejas evangélicas, classificando-as em três: didático, em linguagem acessível a todos os leitores; polêmico, destinados a refutar os periódicos católicos; e de evangelização, a fim de arregimentar novos fiéis²⁸.

O didatismo se justifica a fim de que a leitura fosse de fácil compreensão para os fiéis, em sua maioria pessoas que estavam tendo o seu primeiro contato com a leitura. A sua característica de refutação aos periódicos católicos, alude, em especial, às primeiras décadas de fundação do pentecostalismo no país. Posteriormente, a contestação viria a quem se apresentasse como ameaça à Igreja, os comunistas, as feministas, as religiões afros brasileiras e o espiritismo. Quanto à evangelização, notamos esta mais direcionada para a manutenção dos fiéis que congregavam na Assembleia de Deus.

E dentro desta estrutura, pensamos ser necessário pontuar, metodologicamente, o poder que o uso dos periódicos possui para a imprensa. Principalmente sobre a construção de opiniões, se esta for de caráter religioso, como é o caso da Casa Publicadora da Assembleia de Deus, que hoje é a maior editora evangélica da América Latina²⁹, sobrevivendo a períodos de crise e falência de empreendimentos de outras denominações.

²⁷ APOLONIO, José. O valor da palavra escrita. In: *Mensagem da Paz*, 01/02/1963.

²⁸ BEDA, Ephraim. *Editoração Evangélica no Brasil: troncos, expoentes e modelos* (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em comunicação social. Universidade de São Paulo, 1993.

²⁹ Antes, eram vendidos 60 mil livros por ano, atualmente, são mais de 700 mil obras que atendem diversos segmentos da Igreja. Destacam-se as teológicas, comentários e dicionários. Para atender aos países de fala hispânica e aos latinos morando nos EUA, a CPAD fundou, em 1997, a [Editorial Patmos](#), seu braço editorial internacional com sede na Flórida. Ela possui ainda, sedes na África, Japão e Europa. Informação presente em CPAD <<http://www.cpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=29>>. Acesso em: 10/12/2013.

Desta forma, analisamos a revista evangélica *A Seara*, por esta nos permitir acesso ao contexto histórico da época no país. Especialmente, ao pensamento evangélico assembleiano, uma vez que esta publicação possuía em sua linha editorial, uma preocupação com a leitura por parte dos membros, e destaca a contribuição da Igreja como disseminadora desta prática no Brasil.

Assim como pontuava o cotidiano político do Brasil e do mundo na época. Notamos, em pesquisa preliminar, fortes críticas ao comunismo, defesa da censura e discordâncias públicas quanto aos protestantes no cenário político brasileiro. *A Seara* encontra-se disponível na Biblioteca Nacional, a análise segue nosso recorte temporal, analisaremos os anos entre 1960 a 1990, tendo em vista que *A Seara* não é mais publicada pelas Casas Publicadoras da Assembleia de Deus (CPAD). Sendo extinta ao fim da década de 1990.

Em formato típico de revista jornalística, com 32 páginas, sua fundação data de 1956, sendo seu primeiro exemplar, já em versão colorida. A revista era trimestral. *A Seara* possuía como objetivo principal a informação sobre as principais notícias do Brasil e do mundo. Com ênfase especial para os assuntos da comunidade evangélica, dentre os quais, as celebrações de cultos comemorativos, inauguração de novos templos, batismos de novos crentes. Além de trazer novidades, em comparação aos demais periódicos, como a entrevista com os líderes e a seção, Última página, destinada a se posicionar sobre um tema da atualidade não constituindo este em assunto cristão.

É significativo, no entanto, no que se refere ao editorial da revista, a preocupação com temáticas mais gerais, que aconteciam no país. Eles pensavam ser necessário esclarecer aos fiéis o posicionamento adequado a se tomar. Um bom exemplo, em relação ao nosso período estudado, é com relação à postura da censura brasileira e em como em sua concepção, ela não estava sendo atuante suficiente na preservação da moral e bons costumes dos brasileiros e em como isto afetava a cultura brasileira:

Alçamos aqui mais uma vez nossa voz para protestar contra a inércia e inépcia da censura brasileira, cuja gradativa permissividade tem contribuído para a degeneração moral deste país. (...) Podemos ajudar o Presidente José Sarney a moralizar este país. O Evangelho não só restaura a vida espiritual do homem, mas também reestrutura o seu comportamento moral. O Brasil precisa conscientizar-se disto. Juízes, censores, jovens que procuram auto afirmar-se através de um comportamento indecoroso, exploradores da indústria pornográfica, mercadores da prostituição. Lutamos contra a liberdade da censura brasileira, que tem permitido a televisão ser usada como veículo do adultério, da violência e da pornografia. Lutemos contra o dilúvio de revistas eróticas em todas as bancas de jornais do país, e contra as propagandas publicitárias condimentadas de apelos sexuais. Reprovamos a atitude dos que pretendem afundar este país na podridão da imoralidade Não esqueçamos que somos guardiães da moral e dos bons costumes deste país ³⁰.

³⁰ KESSLER, Namuel. Preservemos a moral e os bons costumes. In: *A Seara*, 1986, p.32.

Este relato elucidava o direcionamento do discurso da revista que se completava ao pensamento assembleiano, pautado em um discurso moralizante e, particularmente, vigilante da sociedade brasileira como um todo. É interessante ponderar o contexto em que este artigo foi escrito. No ano posterior ao fim da ditadura militar, em que os assembleianos mostraram-se simpáticos ao regime e um ano após de seu final, demonstraram contrariedade com a “liberdade” vista no cotidiano brasileiro.

É perceptível a semelhança com a postura dos deputados evangélicos hoje na câmara. Em que a bancada evangélica se intitula como guardião dos bons costumes, vetando qualquer postura mais liberal por parte do governo brasileiro. Ao analisar as edições da revista, notamos como a partir da década de 1970, o discurso se aproxima da temática da política, sai a prática ecumênica como inimigo a ser evitado e se apresenta o comunismo, há a preocupação com as mudanças na sociedade. E, nomeadamente, o debate sobre a participação dos pastores no pleito eleitoral.

Dentro do exposto, a revista *A Seara* nos permitiu um aprofundamento do pensamento da Igreja em nível nacional, e com seu noticiário pensado da mesma forma. Em que o discurso construído, permitia ao leitor acesso a uma visão ampliada das informações do Brasil e do mundo, mas com a leitura direcionada, sobre que posicionamento tomar, que grupo ser contrário, dentro dos caminhos propostos por uma Igreja.

Nossa outra fonte é o jornal *Mensageiro da Paz*. Em sua primeira edição, em 1930, o editorial de *O Mensageiro da Paz* afirmava ter por objetivo levar “a visão do evangelismo e a divulgação da doutrina pentecostal por intermédio da imprensa”³¹. A descrição vai além e estabelece por si própria o paralelo com a imprensa tradicional: “Embora siga os mesmos padrões do jornalismo secular, a redação da CPAD apresenta estilo próprio, desenhado por um manual de redação que segue a linguagem do meio cristão evangélico”³².

Esta postura editorial se torna clara pelos editores do *Mensageiro da Paz* advertir que apesar de entenderem a postura de grande parte dos jornalistas enquanto destoante, eles observaram que “apesar de tudo isto, a imprensa ainda é o meio de comunicação por excelência para moldar o pensamento das massas. Para o mundo político a página impressa é de grande valia na guerra ideológica que está sendo travada”³³. Assertiva que assinala a mudança no discurso, ao longo da década de 1980.

As matérias no periódico se dividiam entre não assinadas e assinadas por jornalistas e pastores, e percorrem um amplo espectro de gêneros textuais.

Ainda, no que se refere à sua linha editorial, notamos uma mudança significativa ao longo da

³¹ Mensageiro da Paz, 1930, Op.cit.

³² Disponível em CPAD: <<http://www.cpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=29>>. Acesso em: 11/12/2013.

³³ Mensageiro da Paz, 1980, p.6.

década de 1980. Em que se percebe, na primeira página, uma atenção melhor com o noticiário internacional, com destaque para a crise iraniana, juntamente com notícias da Assembleia de Deus pelo país. E, principalmente, a partir deste período, surge a preocupação com a política nas páginas do *Mensageiro da Paz*.

Podemos inferir, através de nossa pesquisa, que o processo de apresentação e convencimento dos fiéis para participarem do pleito eleitoral se expandiu nas folhas do seu principal periódico. Em virtude de, apesar dos candidatos se fazerem presente nos púlpitos, através do jornal, veio a legitimação do apoio com o discurso de orientação de que era chegado o momento do voto evangélico fazer a diferença no país.

É possível perceber, também, a divisão dos fiéis quanto a este envolvimento. Na seção *Palavra do Leitor* de fevereiro de 1990, há duas críticas quanto à ausência de notícias quanto às eleições presidenciais:

Acho que o nosso jornal deveria abordar temas com mais ousadia, apresentando matérias jornalísticas mais arrojadas e atuais. O trabalho editorial tem de ser limitado às notícias internas, o que, na grande maioria dos leitores, creio, não desperta o menor interesse. Não tivemos, por exemplo, artigos enfocando as eleições presidenciais com clareza, visando informar melhor os leitores. Temas do dia a dia, por outro lado, não devem ser ignorados, pois um grande número de crentes gostariam de ter o posicionamento cristão diante dos fatos ocorridos³⁴.

E outras com um teor ainda mais crítico:

Tornar o Mensageiro da Paz um jornal participativo, que reflita a realidade de hoje, deve constituir-se meta da Divisão de Jornalismo, segundo minha modesta opinião. Acredito que não basta, apenas, teorizar sobre temas bíblicos, pois o mundo atual necessita de respostas urgentes, contextualizadas, que não sejam unicamente meros paliativos (...) Caso contrário, o nosso jornal tornar-se á apenas mais um boletim informativo, com notícias que interessam mais aos personagens que as compõem do que ao público em geral³⁵.

Com direito a retaliação por parte de outros leitores, com uma postura mais enraizada ao tradicionalismo:

Para mim suas sugestões foram mais do que desagradáveis. Eles exigem que o Mensageiro da Paz passe a publicar matérias jornalísticas arrojadas. Isso, além das críticas dirigidas à Divisão de Jornalismo por não ter focado mais diretamente as eleições presidenciais (...) Em minha opinião o MENSAGEIRO DA PAZ deveria se ater à publicação de matérias teológicas e de artigos de orientação e edificação espiritual³⁶.

Esta revolta dos dois primeiros leitores se justifica em razão do jornal ter feito uma forte campanha, ao longo do ano de 1990, a favor do candidato Fernando Collor de Mello, e, principalmente, dos deputados que deveriam ser eleitos pela comunidade evangélica. Após o

³⁴ MARTINS, Godofredo Viana. *Palavra do Leitor Mensageiro da Paz*, 1990.

³⁵ BARBOSA, Matias Pereira, *Palavra do Leitor, Mensageiro da Paz*, 1990.

³⁶ FERREIRA, Issack. *Palavra do Leitor, Mensageiro da Paz*, 1990. Grifo do autor.

resultado das eleições, o editorial do periódico limitou-se a publicar o nome dos vencedores sem uma cobertura do pleito eleitoral propriamente dito. Debates como este, marcam a seção *Palavra do leitor*, em que houve a defesa da participação política dos evangélicos e o desejo de um melhor esclarecimento quanto ao por que da necessidade desta.

Nas páginas do Mensageiro da Paz, com a editoração estabelecida no sentido de orientação dos leitores, deparamos com debates que pontuavam a necessidade de uma participação partidária dos evangélicos acentuada por assertivas tais qual esta:

A política estraga o pastor, torna-o negligente e faltoso. O pastor político deixa a tribuna da Igreja, os crentes bocejando a esperá-lo e assoma a tribuna popular, lança mão do microfone, para falar do adversário, atacando-o acicamente, depreciando os adeptos de outros partidos, usando uma linguagem ofensiva³⁷.

Aqui notamos a crítica á participação de pastores no pleito eleitoral. No entanto, havia espaço para apoio aos pastores políticos com manifestações tais como:

Como pode a Igreja defender seu interesse sem ter no Estado um senador, um deputado, um vereador ou outro qualquer representante em momento de perigo à sua liberdade?³⁸

A pressão, por parte dos leitores, surtiu efeito, uma vez que a partir de 1980, houve uma mudança na linha editorial do jornal. Acusado de manter-se isento do debate sobre temas do cotidiano, o MP passou a discutir assuntos do Brasil e do mundo. Principalmente, no sentido de tornar pública sua contrariedade sobre temas acerca de opções sexuais distintas, aborto, novos técnicas da medicina, o comunismo, o espiritismo, religiões afro brasileiras, e, especialmente, a política, tornando-se pública o apoio à participação eleitoral dos evangélicos.

Resultante do contexto de determinações de sua Convenção Geral, o tema da política tornou-se público na Igreja. Coube ao *Mensageiro da Paz* homogeneizar esta nova diretriz, que estava sendo transmitida nos templos, orientada aos fiéis para quem votar e os candidatos que representariam um risco à moral e ordem do país.

³⁷ Mensageiro da Paz, 1961, p.2.

³⁸ Idem, p.3.

Considerações Finais:

Foi nosso objetivo, analisar como a memória e a subjetividade inserem-se dentro do contexto histórico da Assembleia de Deus. Para tanto, demonstramos como esta foi utilizada no sentido de seletividade, esquecimento e disputas da memória.

Este tripé metodológico nos fez perceber a importância que a imprensa assembleiana possui e suas várias formas de atuação ao longo de sua história. Especialmente, em nosso período de estudo de 1960 a 1990, é importante pontuar o apoio ao golpe da ditadura militar e sua consequente permanência nesta adesão ao contrário da Igreja Católica, por exemplo. O meio que os assembleianos encontraram para manter este apoio se deu através de seus impressos e consequente expansão destes por todo o país.

FONTES

Periódicos

APOLONIO, José. O valor da palavra escrita. In: *Mensageiro da Paz*, 01/02/1963.

BARBOSA, Matias Pereira, Palavra do Leitor, In: *Mensageiro da Paz*, 1990.

FERREIRA, Issack. Palavra do Leitor, In: *Mensageiro da Paz*, 1990. Grifo do autor.

KESSLER, Namuel. Preservemos a moral e os bons costumes. In: *A Seara*, 1986, p.32.

MARTINS, Godofredo Viana. Palavra do Leitor. In: *Mensageiro da Paz*, 1990.

Mensageiro da Paz, 1963, p.2.

Mensageiro da Paz, 1980, p.6.

SANTOS, Paulo dos. Leitura e Literatura Evangélica. In: *A Seara*. 1/1/1963.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Cecília da Silva; CRUZ, Denise Rollemberg; MENDONÇA, Paulo Knauss de; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

BEDA, Ephraim. *Editoração Evangélica no Brasil: troncos, expoentes e modelos* (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em comunicação social. Universidade de São Paulo, 1993.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, p. 349-363. 1998.

BAPTISTA Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil* - 2. Ed. – Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. (Trad.) Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 1993.

HALBWACHS, Maurice. “*A memória coletiva*”, SP, Vértice, 1990 (Primeira parte).

- HUYSEN, Andreas. “Resistência à memória”: usos e abusos do esquecimento público. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom - Porto Alegre, 31 de Agosto de 2004. (mimeo)
- JELIN, Elizabeth “Los trabajos de la memoria”. Buenos Aires, Siglo Veiteuno Editores, 2001.
- LEMOS, Ruth Doris. **A minúscula semente de mostarda que se transformou numa grande árvore:** A história da escola dominical. Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/escoladominical/historia.php>>. Acesso em:10\12\2013.
- LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- POLLAK, Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”, Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989.
- MOTA, Elba Fernanda Marques. Poder, subjetividade e condição feminina no pentecostalismo maranhense: o caso da Igreja Assembleia de Deus (1940-1990), Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFMA, 2009.
- _____ Elba Fernanda Marques. Representações de si e prática da escrita na religião: a produção de Estevam Ângelo de Souza na Assembleia de Deus do Maranhão (1957-1996). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- ROCHA, Daniel. Uma Cultura Política Milenarista? - Uma Breve Reflexão Sobre As Relações Entre Escatologia e Política na História da Assembleia de Deus. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro 2011.
- SANTOS, L. A.; SENRA, Álvaro de Oliveira. O AI-5, as Igrejas Cristãs e a sociedade civil. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo, Jacqueline Ventapane Freitas. (Org.). Tempo negro, temperatura sufocante - Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.p.159.
- SIPIERSKI, Paulo. Contribuições para uma Tipologia do Pentecostalismo brasileiro. In: GUERREIRO, Silas (Org.). O estudo das religiões: desafios contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2003.